

A autoridade docente na percepção de alunos adolescentes

Perception of adolescent students
about the teaching authority

Haller E. S. Schünemann

haller_schunemann@yahoo.com.br - UNASP

Resumo

Há uma queixa frequente a respeito de uma crise de Autoridade. Esta é vista como causa de várias dificuldades do cotidiano escolar. É comum se afirmar que o professor não tem mais autoridade. O objetivo desta pesquisa foi investigar a compreensão da autoridade docente entre alunos adolescentes de escolas públicas. O método usado foi de entrevista individual, composta de quatro situações do cotidiano escolar, na qual 30 alunos adolescentes em escolas públicas responderam. Os resultados indicaram que os alunos continuam reconhecendo no professor uma figura de autoridade. Contudo, consideram não aceitável o comportamento do professor quando arbitrário ou desrespeitoso com os alunos.

Palavras-chave: Moral. Adolescência. Autoridade. Professor.

Abstract

There is a frequent complaint about a crisis of authority. This is seen as the cause of many difficulties of everyday school life. It is common to assert that the teacher has no more authority. The objective of this research was to understand the teaching authority among adolescent students in public schools. The method used was individual interviews consisted of four everyday school situations, in which 30 teenage students in public schools responded. The results indicated that students continue to recognize the teacher an authority figure. However, consider not acceptable arbitrary or disrespectful behavior with teaching students.

Keywords: Moral. Adolescence. Authority. Teacher.

Introdução

Atualmente é comum ouvirmos acerca de uma crise na educação, associada a uma suposta perda da autoridade docente. Esta queixa é com frequência reproduzida pelos professores e é associada a outras áreas da sociedade. Renault (2004), por exemplo, propõe que a sociedade contemporânea apresenta um processo no qual as autoridades estariam em declínio. Para esse autor este seria um fenômeno amplo, ocorrendo também na relação com as instâncias governamentais e médica, no qual há uma nova forma de relação entre o cidadão e os governantes, entre os pacientes e os profissionais da saúde. Para Renault (2004), em cada uma destas áreas, a autoridade tem sido questionada de algum modo. Os pareceres e as opiniões emitidas pelos especialistas serão contestadas de alguma forma por alguém. No caso da educação, no âmbito da família e da escola, o reconhecimento da criança como um sujeito, força a repensar a questão da autoridade. Dentro desse quadro, para o autor supracitado seria observável um processo de enfraquecimento da autoridade que poderia ser entendido como uma resistência a obedecer às mesmas. Essa situação nos leva a uma questão importante: Será que a obediência à autoridade é um valor moral em si mesmo? Questionar a autoridade antes de obedecer é o mesmo que desprezá-la?

Como educadores, a questão da autoridade docente nos parece uma questão central a ser investigada. Não apenas, em função de uma associação constantemente feita entre perda de autoridade e indisciplina (Aquino, 1996), mas por que, como destaca Soares (2012), o processo do exercício de autoridade é central no processo educativo. Nessa pesquisa, nos propusemos a identificar se os estudantes adolescentes identificam no professor uma figura de autoridade. Assim, antes de desenvolvermos a pesquisa, precisamos pensar a questão da autoridade em uma perspectiva mais ampla. De um lado constatamos que o tema é pouco pesquisado especificamente em termos de autoridade docente; por outro lado parece tão evidente de modo que “todos” já sabem a causa do problema.

O suposto declínio da autoridade ou uma crise na educação é tão frequentemente repetido que é importante tecermos algumas questões históricas para contextualizar o tema na sociedade atual. Podemos afirmar que até as crianças sabem, que a educação atual é diferente em relação a esta questão do que a do passado. Pesquisa conduzida por Ohlweiler e Fischer (2013) com crianças de 8 a 11 demonstrou que elas afirmam

frequentemente que estão sendo educadas de forma diferente que os seus pais o foram. Nessa pesquisa, elas consideram também de forma positiva a mudança nas formas de educação recebida. É claro que não podemos esquecer que em parte a fonte de informação destas crianças é o próprio discurso dos pais. Contudo, é interessante pensarmos que as crianças atribuam um fator positivo a essa mudança. Se de fato, o depoimento das crianças de corresponder a uma mudança de padrão de educação em relação à autoridade paternal, precisamos então levantar que fatores importantes cooperaram para que esse discurso seja agora reproduzido pelas crianças.

Consideramos que alguns eventos históricos no século passado foram importantes para essas mudanças. Em primeiro lugar, apontamos que o rastro de destruição efetuada pelos nazistas, em especial, as práticas genocidas, levou um profundo questionamento do valor da obediência às autoridades. Afinal, a alegação de uma grande parte das pessoas acusadas pelos tribunais de guerra é que “cumpram ordens”. Ainda que a questão seja mais complexa, não podemos desconsiderar que o fator obediência às autoridades contribui de alguma forma para o projeto genocida. Adorno (1999) ao analisar esta situação propõe a necessidade de se estabelecer uma educação que garantisse que tais barbáries não se repetissem. Consideramos que isso pode ser entendido como uma proposta para que a educação não seja conduzida de forma a retirar do educando a capacidade de reflexão, o que necessariamente leva a necessidade de pensar a relação do educando com as autoridades educativas. Nesse mesmo sentido, Senett (2012) aponta para o surgimento de um medo ou desconfiança das autoridades na sociedade contemporânea. Demonstrações desta desconfiança foram bastante evidentes nas décadas de 1960 e 1970. Aquele foi um período marcado por grandes questionamentos e protestos contra as autoridades, no qual um dos focos foi, por exemplo, os professores universitários.

Em segundo lugar, podemos observar a proliferação, em especial, na educação pós-guerras, de propostas educativas inovadoras, na qual o papel da criança no processo de aprendizagem é exaustado. Piaget (1985) sugere que as suas descobertas sobre a construção do conhecimento, deveriam oferecer a criança, um papel mais ativo no processo de ensino-aprendizagem conduzido na escola. De um modo geral, essas propostas educativas ofereciam a valorização ou centralidade da criança no processo educativo, bem como enalteciam a liberdade e a espontaneidade do educando (OHLWEILER, FISCHER, 2013). Nessa mesma linha Soares (2012) destaca que as práticas escolares nesse período passam por um discurso de fortalecimento da atividade do aluno, que leva a desvalorização do papel do professor no processo de ensino-aprendizagem. Não estamos aqui

desqualificando a importância da participação ativa do aprendiz no processo ensino-aprendizagem. Queremos destacar que essas propostas forçam uma revisão do papel do professor, que pode ser interpretado como um enfraquecimento da autoridade docente. Associado a esse processo observamos um aumento significativo nas queixas dos professores em relação à indisciplina dos alunos. Araújo (1999) considera que essa queixa de indisciplina e falta do reconhecimento da autoridade, pode ser entendido como uma consequência da democratização da sociedade, que diminui a força dos instrumentos autoritários da escola, levantando as razões por que obedecer entre os alunos.

No caso específico do Brasil, sabemos que houve ampliação dos direitos dos alunos, em relação às decisões dos professores, em especial em relação às reprovações. Assim, o professor passa a ter de explicar e justificar os seus critérios de avaliação cada vez mais. Nem sempre os professores têm sucesso em sua argumentação, o que produz muitas vezes ganho de causa dos alunos, que para muitos significou perda de autoridade docente. A partir da década de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) passou a garantir vários direitos às crianças e adolescentes, o que fez com que novamente, dentro da escola se amplie a queixa da perda da autoridade docente. Ainda nessa mudança social podemos apontar as diretrizes legais para a educação brasileira, como os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Lei de Diretrizes e Bases com ênfase em uma educação dialógica, com o objetivo de formar alunos críticos e participativos. Esses eventos podem ser enquadrados no conceito exposto por Araújo (1999) como aqueles que levariam a perda da autoridade docente. Para muitos a evidência dessa perda seria ainda mais confirmada quando são noticiados eventos de violência na escola nos quais os professores são vítimas.

Esperamos que estas considerações acima tenham esclarecido a fonte das afirmações de uma crise de autoridade na escola atual. No entanto, ainda não definimos o conceito de autoridade utilizado, nem respondemos à questão da obediência. Passaremos agora a tentar responder à questão conceitual do termo Autoridade e como ele foi pensando no desenvolvimento desta pesquisa.

Para respondermos à questão da autoridade primeiramente precisamos lembrar que este tema é um conceito muito importante nas Ciências Sociais. Assim, não é possível iniciarmos a busca de parâmetros para o tema sem recorrer a alguns autores importantes dessa área. Em diferentes vertentes do pensamento sociológico, podemos encontrar reflexões a respeito do tema. Weber (2004) discute ao longo de grande parte de suas pesquisas a compreensão dos mecanismos das dominações legítimas. Weber descreve as formas de dominação como legítimas quando são percebidas como necessárias a partir

de um sistema de crenças sociais. Assim, a autoridade em Weber não significa qualquer tipo de domínio, mas formas específicas no qual há uma submissão voluntária. Na relação de autoridade, a submissão é uma consequência do reconhecimento que as diferenças entre os sujeitos é uma consequência de algo mais que um tenha em relação aos outros. O conhecimento pode ser entendido como um desses elementos de algo a mais. Importante lembrar que Weber reconhece que há formas de submissão feitas exclusivamente pela violência, mas estas não seriam vistas como legítimas de um modo geral; pelo menos na sociedade moderna, no qual o Estado deteria, dentro de certos parâmetros, o monopólio do uso da violência, o que não significa uma utilização descontrolada.

As análises de Arendt (2012) a respeito das relações de poder e autoridade na sociedade também trazem contribuições importantes. Em primeiro lugar, ela considera que existe um reconhecimento na sociedade da importância da existência do poder, contudo, que a aceitação não se dá em qualquer condição. O exercício do poder exige certo grau de compromisso para a aceitação. Além disso, ela ainda acrescenta que o princípio da autoridade é incompatível com a personalidade autoritária. Ela destaca que o princípio de autoridade depende do respeito à hierarquia, e isso exige reconhecimento de regras regulando as condutas e as competências de cada pessoa dentro da hierarquia. A busca pelo controle total e o uso da força indicam, no raciocínio de Arendt, a desqualificação da autoridade como princípio e prevalência de uma visão equivocada das relações interpessoais. Portanto, encontramos novamente a indicação de que a autoridade está relacionada a reconhecimento de leis e limites.

Esta questão foi tratada em relação à Educação por Durkheim (2008). Assim, ele não apenas considera aspectos gerais de dominação, mas especificamente como a autoridade deve ocorrer no processo educativo. Para Durkheim, o processo educativo pela sua natureza não pode prescindir do exercício da autoridade do educador. Contudo, sempre relembrando de se evitar o autoritarismo.

Assim, entendemos que a autoridade é uma dominação que se faz de forma legítima, e que o exercício desta se faz sustentado por parâmetros para poder ser reconhecida como tal e que não pode ser resumida a simples imposição de opiniões ou desejos de alguma pessoa sobre outra ou um grupo. Ainda consideramos importante destacar a contribuição de Araújo (1999), que propõe que a autoridade pode ser constituída de duas formas distintas. Uma forma seria “a investidura propiciada pela hierarquização das relações sociais” e outra “pelo prestígio e competência” (Araújo, 1999, p.41). Para ilustrar as duas

formas, podemos afirmar que o policial tem autoridade do primeiro tipo, enquanto um cientista notório tem do segundo.

Tendo assim explicitado a questão da autoridade utilizada nesse trabalho, consideramos ainda oportuno discutir especificamente a respeito da dimensão escolar. Poderíamos começar perguntando em relação às duas dimensões de autoridade descritas por Araújo, qual o tipo de autoridade que o professor tem. Na realidade, diante do conceito exposto pelo autor, somos levados a dizer que poderia ser dos dois tipos. O professor pode ser considerado uma autoridade, por que dentro das relações sociais hierarquizadas ele exerce uma função pública. A escola é uma estrutura burocrática dentro do conceito descrito por Weber e que deve funcionar baseado no respeito às regras desse sistema (SILVA, 2001). Soares (2012) destaca que o professor tem todo o seu trabalho exercido na autoridade, uma vez que só no exercício correto dela, ele pode exercer a função pública a ele conferida. Nesse sentido, ele destaca que a competência não deve ser confundida com a autoridade. Não temos dúvida que o professor também exerça a sua autoridade por ser reconhecido como notório em suas habilidades pelos alunos. Podemos pensar inclusive que esse “tipo” de autoridade exercido pelo professor terá consequência na qualidade das relações interpessoais na sala de aula. No entanto, cabe lembrar que ele é autoridade não em seu próprio nome, mas por estar investido de um papel público.

A dimensão do conhecimento do professor para o exercício da autoridade da sala de aula também é destacada por Aquino (1999). Ele lembra que o professor deve “saber mais” e mesmo quando um professor é mais novo de idade que seus alunos, ainda assim poderá ser respeitado na medida em tenha o domínio dos saberes a serem transmitidos. Afinal, a autoridade do professor está alicerçada no domínio do saber transmitido. Seguindo ainda, o argumento de Aquino, ele destaca que esse domínio não é o conhecimento total, mas está incluída a capacidade de transmitir esse conhecimento. Diante desta questão Aquino conclui que: *“Desta feita, é possível assegurar que a autoridade docente não se sustenta exclusivamente na- e nem é decorrência unívoca da – erudição do seu portador, mas do trabalho engenhoso, árduo e compromisso daquele que, de fato, se dispõe a ensinar algo a outrem”* (p.140).

Queremos destacar, que embora possamos pensar que o considerado acima é uma condição necessária para o exercício da autoridade na sala de aula, ela não é suficiente, e nem é uma garantia que nenhum problema ocorrerá na relação professor-aluno, quando o professor exerce bem a sua função docente. Na realidade, tomando em consideração que o ensino escolar é obrigatório, podemos supor que há uma constante tensão no processo,

uma vez que, uma parte dos alunos não está satisfeito com o dever que lhes cabe. Por esta razão, Aquino (1999) destaca o papel do professor de “fazer junto” com o aluno.

Justamente, por ser tão importante o exercício da autoridade no processo escolar, corre sempre o risco de em termos práticos haver ações equivocadas, principalmente por que muitas vezes as limitações da compreensão da autoridade estão presentes na mente do professor e de outros profissionais da educação. Zaluar (1985) aponta um domínio da força na sociedade brasileira, ao invés, do exercício da autoridade. Este aspecto é bem visível nas relações policiais com os cidadãos. O uso de força nas ações policiais ilustra uma incompreensão das relações de autoridade. Acreditamos que o mesmo problema pode se manifestar também nas relações professor-aluno. Nas tensões no qual o processo educativo escolar está sujeito, não é raro, o professor apelar à coerção ou ao constrangimento, por considerar que devido a sua condição de autoridade, suas ações estão legitimadas. Essas ações equivocadas no ambiente escolar parecem produzir um medo da autoridade no contexto escolar, pois como lembra LaTaille (1999) é fácil a este sistema cair no autoritarismo. Isto ocorre quando se nega qualquer capacidade de discernimento aos sujeitos do processo educativo. Mas, o mesmo autor, destaca que igualmente perigoso, é a tentativa de eliminar a diferença entre o professor e o aluno. Como ele ressalta, esta é uma relação assimétrica. Negar essa diferença gera, na concepção do autor, com a qual concordamos, uma “moral infantilizada”. Assim, é importante o exercício da autoridade de forma a evitar os extremos do autoritarismo ou da falsa igualdade.

Aquino (1996) aponta a questão da indisciplina como sendo atribuída a perda da autoridade docente. Ele aponta na mesma direção já exposta por LaTaille (1999) de diferenciar o autoritarismo da autoridade. Assim, o que muitas vezes tem sido apontado como uma perda da autoridade docente, pode ser entendido como uma rejeição da sociedade ao autoritarismo. Guillot (2008) traz a necessidade de contextualizar a autoridade docente no contexto escolar. Para esse autor, é importante sair de uma postura permissiva e praticar um exercício correto da autoridade, sem cair no autoritarismo. Assim, defender a autoridade, não é negar que ela possa ocorrer de forma inadequada. Guillot (2008) destaca a importância de a autoridade ser exercida dentro de limites morais. O professor não pode querer as coisas por quer, mas por que são justificáveis para garantir o processo de ensino-aprendizagem. Cabe o professor ser capaz de identificar como utilizar a sua condição de autoridade dentro do que podemos considerar um referencial ético, no qual, ele baliza a sua relação com os alunos de forma a assegurar que o processo ensino-aprendizagem possa ocorrer.

Dentro desse referencial é que desenvolvemos a pesquisa junto a alunos do ensino médio de escolas públicas para verificar como eles reconhecem a autoridade do professor no contexto de sala de aula. Mas, por que estudar o pensamento do adolescente. A adolescência é vista como frequência com um momento de rebeldia e questionamento da autoridade. A construção de uma identidade leva muitas vezes o adolescente ao desafiar do adulto (BERTOL; SOUZA, 2010). Nesse sentido, Torres e Castro (2009) apontam na necessidade de entender a importância da autoridade para discutir as relações entre crianças e adultos. Assim, optamos por investigar o adolescente para verificar se nesta fase costumeiramente atribuída a rebeldia, se isso, decorreria de uma incompreensão do conceito de autoridade.

Metodologia

Tendo em vista que o objetivo da pesquisa foi identificar a compreensão de adolescentes de ensino médio em relação à autoridade docente, optamos por uma pesquisa de campo com uma abordagem qualitativa, a qual permite investigar os argumentos utilizados pelos entrevistados com mais profundidade. A coleta de dados baseou-se no “método clínico” utilizado por Piaget (1977) em suas investigações a respeito das questões morais. O método clínico permite ao pesquisador interagir com o sujeito da pesquisa com a finalidade de compreender os argumentos e as justificativas dadas. Para facilitar a interação, foram elaboradas breves situações hipotéticas, selecionados a partir de relatos ouvidos ao longo da experiência docente, na qual seria possível identificar a percepção da autoridade docente e os motivos para aceitar ou não à autoridade docente.

Considerando a necessidade de avaliar a situação a partir de várias perspectivas, pensamos em construir hipóteses que apresentassem as seguintes situações: (1) professor exerce a sua autoridade de forma legítima e a aceitação por parte do aluno; (2) professor exerce a sua autoridade de forma legítima e é confrontado violentamente pelo aluno; (3) professor abusa de sua autoridade, mas o aluno evita o confronto; (4) professor abusa de sua autoridade e é confrontado. Abaixo temos a apresentação dos dilemas para a entrevista.

Dilema 1- O professor, no início do ano, explicou seu método de avaliação para os alunos. Deixando bem claro que não adiantaria ninguém chegar ao final do ano implorando por notas, reclamando para ele e pedindo mais uma chance. O tempo se passou e alguns alunos não atingiram as médias para passarem na disciplina. Estes foram conversar com o professor para reclamar de suas notas e pedir “misericórdia”.

Como não conseguiram atingir as notas para passarem o professor os lembrou do seu método de avaliação e disse que eles ficariam retidos por nota em sua matéria. O que você pensa com relação à maneira que o professor agiu? O que você pensa com relação à maneira que os alunos agiram?

Dilema 2 - O professor passou uma atividade com prazo de entrega de 15 dias, explicando que se alguém entregasse após a data ele não aceitaria e a pessoa ficaria sem a nota. No dia da entrega, alguns alunos não entregaram e na outra semana trouxeram a atividade, o professor recusou-se a aceitar, como já havia explicado que não o faria, os alunos alegaram que não sabiam desta condição e começaram agredilo com palavrões e ameaçá-lo dizendo que se ele os prejudicasse eles iriam “dar um jeito” em seu carro e depois ainda o pegariam. O que você pensa com relação à maneira que o professor agiu? O que você pensa com relação à maneira que os alunos agiram?

Dilema 3 - O professor está explicando a matéria, ao fundo da sala alguns alunos trocam informações a respeito do assunto, sem atrapalhar a aula. Quando de repente um aluno, mais ou menos sentado no meio da turma, levanta a mão para fazer uma pergunta. O professor nega-se a respondê-la afirmando que ninguém estava prestando atenção na aula, o aluno discorda, mas o professor continua o conteúdo e não responde. O que você pensa com relação à maneira que o professor agiu? O que você pensa com relação à maneira que os alunos agiram?

Dilema 4 - Em uma aula que segue normalmente, na explicação do conteúdo. O professor interage com os alunos contando piadas e de forma mais descontraída, até o momento em que alguns alunos começam a “zoar” da colega Magnésia, agredindo-a moralmente e fazendo comentários maldosos, por causa do seu nome. O professor continua rindo com os demais. Um aluno se manifesta para o professor, em defesa da colega Magnésia que está sendo “zoada”, “corrigindo” a atitude do professor, este age com indiferença e nada faz para mudar a situação. O que você pensa com relação à maneira que o professor agiu? O que você pensa com relação à maneira que os alunos agiram?

As entrevistas foram feitas com trinta alunos adolescentes de ensino médio em três escolas públicas da cidade de São Paulo. Estas escolas são localizadas em parte diferentes da cidade apresentando um perfil social não completamente homogêneo dos alunos. As entrevistas foram feitas na própria escola. Em cada escola foram convidados dez alunos, procurando distribuir equitativamente em função do gênero. Cada aluno foi entrevistado individualmente. Estas entrevistas foram gravadas com consentimento expresso por escrito de cada participante. O procedimento utilizado na entrevista, foi ler o dilema para cada sujeito, certificar-se de que houve entendimento, e então, apresentar as perguntas. Em vários casos, seguiu-se um diálogo para esclarecimento e confirmação das justificativas apresentadas pelo sujeito entrevistado. Após a coleta de dados, as entrevistas foram transcritas para análise dos resultados. Essa análise será restrita ao nível da descrição dada pelos sujeitos entrevistados as situações, no qual nos limitaremos a identificar os motivos ou padrões de respostas dadas.

Resultados

Ao analisarmos as respostas, identificamos um padrão geral nas respostas. Por um lado, ficou evidente que todos os sujeitos entrevistados reconhecem no professor uma figura de autoridade. Na maioria dos depoimentos ficou claro, sem explicitar, o uso da palavra autoridade que o professor exerce um papel de líder no processo educacional. Por outro lado, também, ficou evidente, que os alunos não identificam no professor alguém que está sempre certo, em função do seu cargo. A apresentação das respostas dadas em cada um dos dilemas ajuda a elucidar bem como o professor é visto pelos seus alunos na questão da autoridade.

No primeiro dilema, tivemos um padrão que se repetiu ao longo de todas as entrevistas. Os adolescentes entrevistados reconheceram o direito do professor em determinar as regras do contrato didático, no caso especificado pela definição das regras de avaliação. Foi posto, que uma vez que o professor tinha combinado seu critério de avaliação, sustentá-lo estava correto mesmo com o a consequência de reprovação dos alunos. Não havia erro, da parte do professor, nem abuso de autoridade, ao cumprir o que havia sido estabelecido no início das atividades escolares. Contudo, a maioria reconheceu que seria válido que o aluno solicitasse uma segunda oportunidade ao professor. Mesmo, nesse caso a maioria das respostas apontava no direito do professor de conceder ou não a nova oportunidade. Um pequeno grupo considerou importante que o professor desse uma segunda oportunidade, mesmo tendo combinado seus critérios. O argumento era baseado na dificuldade da vida do aluno, uma vez que alguns trabalham e estudam. Da perspectiva destes entrevistados, como alunos eles achavam que o professor deveria avaliar o compromisso do aluno solicitante com o ensino para saber se daria ou não uma nova oportunidade.

Abaixo, apresentamos alguns exemplos:

A: Olha, eu concordo, pois se ele havia colocado um limite de tarefas que eles deveriam ter feito e eles não fizeram, então é porque eles não tiveram a dedicação de se preocupar com as notas [...] E: Você acha que os alunos estavam certos em pedir uma chance? A: Olha, eu acho que está, por que pedir uma chance não faz... Não tem problema nenhum, agora cabe ao professore aceitar ou não. (Ent 5, m)¹.

¹ As entrevistas indicam o número do sujeito entrevistado, a letra “m” e “f” indicam respectivamente se foi do sexo feminino ou masculino o entrevistado. O registro da fala se manteve fiel as expressões usadas. Usou-se A para indicar a fala do aluno e E para indicar a fala do entrevistador.

*A: Bom de pedir uma chance sim, por que vai que o professor dá uma chance sim (...).
Ai o aluno tá certo, mas em reclamar das notas não, tipo, a não ser que eles tenha como
provar que tirou uma nota maior. (Ent 8,m).*

Vemos no caso acima a suposição do aluno de que o professor pode errar e nesse sentido cabe ao aluno demonstrar o erro para ser beneficiado. Os dois exemplos citados mostram que os alunos acreditam que o professor pode ser misericordioso e dar uma oportunidade, mas isso não é o um dever dele. Contudo, alguns alunos, consideram que seria importante uma segunda oportunidade.

Apresentamos uma explicação da importância da oportunidade:

A: Eu acho que é sempre bom dá uma segunda chance. Porque as vezes nem foi, por que é, porque aquele aluno não fez, pode ter acontecido algumas coisas. [...] Muitos alunos, muitas amigas minhas e eu inclusive sabe como é isso, ainda mais para mim que moro longe, às vezes, não tem como vim porque não tem ônibus, eu perco aula, acontece e eu acho que sempre bom uma segunda chance. (Ent, 11, f).

Esse depoimento que insiste na importância da segunda chance não nos parece desconsiderar a autoridade do professor. O elemento destacado não é que o professor não tem autoridade para definir os critérios, mas por insistir nas condições adversas da vida de muitos alunos, que na visão dela impediria um cumprimento total do acordado e solicitado pelo professor.

No segundo dilema, também, percebemos um padrão de resposta que não apenas reconhece o direito do professor em não aceitar a entrega de uma atividade atrasada, uma vez que isso, já fora combinado, mas expressa indignação ao uso de ameaças de colegas para obter o que desejavam. Assim, esse tipo de resposta mais uma vez indica um reconhecimento de um contrato didático no qual, o professor é uma figura de autoridade. Enquanto, que a solicitação foi vista como um direito dos alunos, de tentarem persuadir o professor a mudar de opinião, no segundo caso, não houve qualquer expressão de simpatia aos alunos intimidadores. Apresentamos um exemplo abaixo:

*A: Eu acho que o professor tá certo, porque quando o professore estipula um trabalho e ele dá 15 dias de antecedência, ele já tá dando um bom tempo para gente fazer. [...]
E: O que você acha da reação dos alunos? A: Eu acho totalmente ridículo, por que primeiro é o professor é a autoridade na sala e falta de respeito não vai levar de nada a lugar nenhum, muito pelo contrário, vai prejudicar ainda mais a situação do aluno, e fora*

que o professor não tem culpa de tá fazendo isso, é o trabalho dele, ele deu uma data e se o aluno não fez, por qualquer razão, e não tenha tentado explicar, ameaçar o professor, não vai mudar, eu acho que falta de respeito e violência não muda nada. (Ent 9, f).

No terceiro dilema, os entrevistados mais uma vez apresentam um padrão de resposta. O professor tem o dever de explicar para os alunos. Embora, eles reconheçam que a conversa na sala de aula perturba o processo de aprendizagem, consideram que o professor não pode simplesmente deixar de responder aos alunos por esse motivo. É importante, relembrar que nesse dilema, foi destacado que o aluno que pergunta, não estava envolvido na conversa em sala de aula. Assim, há uma sugestão, no dilema, que o aluno estava interessado na explicação do professor ou pelo menos não estava envolvido em comportamento prejudicial ao andamento da exposição do tema. Diante disso, foi reforçado por parte dos entrevistados que caberia ao professor explicar, em princípio, por ser uma necessidade do processo de ensino-aprendizagem. Assim, ficou claro, que mais uma vez, há um reconhecimento de que professor tem uma função e cabe a ele exercer bem aquilo que é esperado dele. Por tanto, o aluno insistir para obter a resposta não seria um desrespeito a autoridade do professor, mas apenas o exercício de um direito do aluno. Uma vez que o professor tem um papel no processo de ensino-aprendizagem e responder dúvidas dos alunos é parte dessa função.

Exemplo:

A: Totalmente errada, eu acho que a partir do momento em que o aluno levanta a mão é pra se expressar durante, uma sala com 38 pessoas que ele está conhecendo para fazer uma pergunta, pode ser idiota ou não, é porque ele tá interessado no assunto, acho que é muito melhor pro professor discutir esse assunto com o aluno. [...] E: O aluno estava certo em insistir? A: Sim, lógico, o professor tá aqui para ensinar. (Ent 11, f)

Por fim, no quarto dilema, apresentamos novamente o professor em um comportamento inadequado. Inicialmente, uma situação de descontração se tornar em um constrangimento para uma aluna. Na qual, o professor não defende e, de certa forma, participa. A maioria dos entrevistados considerou totalmente inadequada a situação. Eles consideram que o professor não pode participar da “zoação” de um aluno. Alguns poucos consideraram que se o aluno não se sente constrangido, o professor poderia “brincar” com o aluno. Contudo, todos foram unânimes, que na situação apresentada, na medida em que, a aluna vítima se sentiu mal, não era aceitável a atitude do professor. Além disso,

consideram que era plenamente legítimo ao aluno questionar o professor por sua atitude. Entenderam que defender o colega do abuso e do constrangimento do professor é um comportamento legítimo e amparado no direito de, como aluno, ser respeitado pelo professor.

Exemplo:

A: Eu acho que ele tá totalmente errado, querendo ou não a pessoa tá sofrendo bullying na aula dele e não tá fazendo nada. [...] Agora, quando começa a rir o professor, começa a rir da situação, vê o aluno fazendo coisa errada e não fazer nada, é a mesma coisa que um policial pega o ladrão roubando e não faz nada. O professor tá errado e eu acho que esse aluno tá certo de defender essa colega, pelo menos tem um na sala que faz a diferença, o professor tá totalmente errado. (Ent 18, f)

O padrão apresentado nos permite entender que o professor é visto como tendo de agir dentro de alguns parâmetros. Queremos acrescentar que em várias respostas os alunos justificaram a ação do professor como errada a partir da justificativa que ele é uma autoridade. Seleccionamos alguns depoimentos para exemplificar a compreensão dos alunos:

A: Totalmente errado porque ele não tá ali para fazer tal coisa. Ele deveria, primeiramente, é acho que tomar providência com quem tava fazendo, no caso um bullying, e porque isso é totalmente errado, o professor tá ali justamente para isso, ele é a autoridade da sala e como autoridade ele tem que resolver esse tipo de problema. (Ent 5,m)

A: Ah, o professor deve ser a autoridade da sala, se alguém brinca com outra pessoa e ela não gostar, ele não pode também entrar na brincadeira, por que se não aí vira uma bagunça e isso se chama bullying contra o aluno. (Ent 6,m)

A: Eu acho totalmente ridículo, porque primeiro é o professor é a autoridade na sala e falta de respeito é não vai levar de nada a lugar nenhum. (Ent 9,f)

A: Eu acho que ele não tem o direito, o professor não tem o direito de zoar um aluno mesmo que ele, seja assim, ele tem a ordem da sala, mas ele não é nenhum parente do aluno a não ser o professor, então eu acho que ele não tem o direito nenhum de zoar e fazer qualquer outra coisa ele sim é uma autoridade, então ele sim tem que respeitar, do mesmo jeito que eu te respeito, você tem que me respeitar. (Ent 22,m)

O uso da referência do professor como autoridade foi feita pelos próprios alunos. É importante, observarmos que todos os exemplos acima, surgiram em função de uma atitude abusiva do professor, que ao invés de proibir a situação constrangedora, participa por também rir. A posição dos alunos foi que como autoridade o professor não pode agir de forma a desrespeitar um aluno. É importante destacar que a referência do professor ser uma autoridade também apareceu em outras situações, quando no caso do dilema 2 o professor sustentava uma posição correta e sofria uma intimidação do aluno. Isso pode ser visto no depoimento abaixo:

A: Porque ele é a autoridade na sala, então ele é tipo, você não tem seu pai em casa?

É o professor na sala, então se ele falar isso você tem que fazer isso. (Ent 13,f)

Consideramos que esses resultados apontam claramente que a autoridade do professor é reconhecida. Lembrando que mesmo no exemplo acima, na qual a entrevista destaca o professor como autoridade, considera sempre legítimo que o aluno possa pedir uma segunda oportunidade, mas reconhecido que se houve um acordo, a posição do professor, por ser uma autoridade, precisa ser respeitada. Ao mesmo tempo, que os alunos não vêm na autoridade do professor uma justificativa para todas as ações tomadas pelo professor. Achamos que este aspecto merece uma melhor discussão.

Discussão

A questão que precisamos responder em relação a estes resultados é primeiramente se isso significaria uma indicação de falta de autoridade dos professores. Em nossa compreensão, os depoimentos dos alunos não permitem identificar uma perda da autoridade dos professores. Na realidade, pudemos perceber que não apenas vários alunos se referiram de forma explícita aos professores como autoridade, como nas diversas entrevistas encontramos um padrão sistemático de respostas. A síntese das respostas dadas pelos alunos indica a compreensão de que o professor é uma autoridade, mas isso não é confundido com um direito de agir da forma que quiser. Essas situações nos evidenciam que a compreensão da autoridade do professor, só é considerada como legítima, quando exercida dentro das funções esperadas do professor. As respostas dadas pelos alunos indicam, se tomarmos o conceito de Weber (2004), que há um sistema de crenças presente sustentando a autoridade como legítima e, por isso, atribui um parâmetro para avaliar a sua atuação.

Diríamos ainda mais, que os alunos reconhecem que a autoridade do professor deve ser exercida dentro de um contexto. Francisco (1999, p.108) afirma que

a autoridade é assim uma forma singular de poder. Ela é um poder que se exerce não em benefício daquele que o exerce, mas em benefício daquele que se submete a ele. O mestre não fará aquilo que quiser com o aluno, ele não tem liberdade de fazer o que bem entender com o aluno. Ele só pode fazer o que for “bom” para este, isso do ponto de vista do seu crescimento e da sua promoção.

Podemos ver que as respostas dadas pelos alunos apontam na direção do conceito apresentado por Francisco (1999). O professor pode ser firme em não revisar notas quando o aluno foi desleixado, mas deve ser flexível se há circunstâncias na qual o aluno não teve controle e foi prejudicado. Além disso, não responder as questões ou, pior ainda, participar de uma zombaria é um comportamento em desacordo ao exercício de uma autoridade que garanta o bem-estar dos alunos. Em especial, os dados obtidos no dilema 4 nos parecem sugerir que os alunos adolescentes continuam esperando um professor que aja moralmente em favor dos desfavorecidos na classe. Nesse caso, pensamos quanto que os professores não corroem sua própria autoridade, quando muitas vezes são omissos nas situações de conflitos entre os alunos, quando estes casos não afetam o andamento das aulas. É comum os professores permanecerem omissos quando alguns conflitos em sala de aula não atrapalham o “andamento da aula”.

Como já colocamos anteriormente, um grande risco da autoridade docente é ela se enveredar para o autoritarismo. Adorno (1999) fala a respeito de um mal-estar na relação entre alunos e professores. Embora, o texto de Adorno fala de uma escola diferente da atual, nos parece haver bastante evidência da permanência deste mal-estar ainda nas relações entre professores e alunos (ZUIN, 2003). No dilema 3 a crítica ao professor pode ser vista justamente por ser uma demonstração do autoritarismo docente. Sem avaliar corretamente o interesse de cada aluno da sala, ele resolve punir não respondendo as dúvidas. É evidente que situações como essa ou similares causaram um mal-estar nas relações docentes. Queremos ressaltar que a sutileza desta situação é justamente por que o professor como autoridade pode impor sanções quando há problemas no cotidiano escolar. Durkheim (2008) demonstra a importância do desenvolvimento de uma disciplina moral no contexto escolar. Na mesma direção, Piaget (1977) propõe que as sanções devem ser de reciprocidade para que possam ser devidamente avaliadas as consequências das transgressões das regras morais. Contudo, é fundamental que essa sanção possa ser justa. No depoimento dos alunos ficou evidente a questão da injustiça ao aluno com dúvidas. A ação do professor descrita no dilema 3 apresentava um autoritarismo facilmente confundido como uma sanção adequada ao problema.

É importante destacar que a autoridade não corre risco apenas de cair no autoritarismo. Como posto por LaTaille (1999) muitas vezes há uma tentação de se elaborar uma igualdade na relação entre professores e alunos, que não é possível existir em função do caráter assimétrico desta relação e da natureza do processo educativo. Quando Guillot (2008) defende um resgate da autoridade educativa, ele se posiciona contra uma posição marcada pelo medo do autoritarismo, que funcionaria como uma demissão da condição de autoridade demonstrada por atitude permissiva ou negligente em relação ao educando. O dilema 4 apresentado aos alunos descreve um professor que demonstra essa demissão da condição de autoridade. É interessante, que este foi o dilema no qual houve reações mais intensas de indignação por parte dos alunos entrevistados. Assim, nos parece que os alunos têm claro a função do que é esperado do professor como autoridade. Nenhum aluno entrevistado considerou legítimo o comportamento do professor. Como demonstramos, na parte dos resultados, há uma reivindicação de que o professor como autoridade precisa agir de forma respeitosa.

Nesse sentido, propomos como uma forma de síntese as respostas dadas, que os alunos esperam uma autoridade moral. Não estamos aqui usando moral no sentido de ser um exemplo para os alunos, mas que exerça a sua autoridade dentro de valores morais sustentada na justiça e no respeito. Somos levando a pensar que, em parte, a queixa geral de uma perda da autoridade esteja relacionada a uma visão equivocada da autoridade. A pesquisa de Ohweiler e Fischer (2013) ajuda a pensar essa questão, quando no depoimento das crianças elas falam de uma “crise de autoridade” atualmente, usando como justificativa, o fato de eu os pais no passado tinham mais autoridade, por que castigavam-nas fisicamente. Como em parte, as crianças reproduzem um discurso do adulto, elas demonstram que há uma confusão entre autoridade e força. Apesar de os professores ao contrário dos pais serem educadores no sentido profissional, parece ainda prevalecer uma visão confusa do que significa autoridade. Parece-nos que os professores muitas vezes ainda esperam ter uma autoridade total e não definida por parâmetros éticos, que a rigor seria o exercício de um poder sem limites, sustentando exclusivamente pela sua própria vontade. Quando Guillot (2008) defende o exercício da autoridade do professor, ele destaca que esta precisa ter uma dimensão ética. A dimensão ética, deve ser entendida aqui, em seu aspecto deontológico, que aponta para uma ação do professor fundamentada nos deveres profissionais e não meramente em sua vontade. Guillot (2008) defende a importância da autoridade docente, mas critica comportamentos como gritar, ameaçar, chantagear para garantir o controle no contexto de sala de aula. Se pensarmos que o

professor, por ser autoridade, se sente livre para gritar, chantagear ou constranger os alunos problemáticos, não há dúvida, que isso ocasionará tensões na sala de aula, uma vez que os alunos, pelo menos do ensino médio, sabem distinguir o que faz parte ou não da autoridade do professor. As duas situações hipotéticas da pesquisa na qual o professor não cumpre o acordo didático, como não responder ao aluno, ou ficar omissos em uma zombaria, não causaram surpresa aos entrevistados. Portanto, interpretamos que isso demonstra situações já vivenciadas pelos alunos. A ideia de protestar contra a arbitrariedade do professor foi vista como legítima. Na última situação, na qual um colega está sendo constrangido e o próprio professor participa da ação, o sentimento de proteção ao colega foi visto como válido, e alguns entrevistados, procuraram até reforçar o que fariam se fosse um colega que passasse pelo constrangimento. Podemos imaginar que essa situação em um contexto real poderia ter desencadeado um conflito significativo, pois tanto, o professor poderia ter acatado a intervenção do aluno, reconhecendo que havia cometido um erro, como poderia ter tentado justificar a ação aumentando ainda o conflito.

Na realidade, consideramos que muitas situações de indisciplina ou mesmo de um conflito escolar, o desdobramento se agrava por uma atitude do professor de reforçar a qualquer custo e em qualquer situação a sua autoridade em sala de aula.

Se de um lado, estamos atribuindo uma parte dos problemas aos professores, temos ciência que a nossa pesquisa representa apenas o pensamento de adolescentes integrados socialmente. É importante lembrarmos, que os adolescentes entrevistados estavam na escola, a maior parte deles se dedicava apenas aos estudos e, embora isso não fosse um critério de inclusão, não tivemos alunos com problemas graves de comportamento na escola que desejou participar da pesquisa. Supomos que o fato dos alunos entrevistados serem voluntários, talvez, tenha excluído, sem intenção, adolescentes com problemas de comportamento na escola. Assim, não temos dúvidas, que muitas vezes, os professores são obrigados a conviver em sala de aula, com adolescente com problemas de ajustamento, muitas vezes até envolvidos em comportamentos abertamente delinquentes, o que é indubitavelmente um desafio. Por esta razão, não desejamos sugerir que todos os problemas de conflito na sala de aula sejam decorrência do comportamento arbitrário dos professores.

Ao mesmo tempo, não temos dúvida que muitas vezes a autoridade do professor tem sido exercida de forma autoritária. Não estamos propondo, porém, o conceito de um professor democrata. Reforçamos, o conceito expresso por LaTaille (1999) da impossibilidade de negar que a relação professor-aluno é assimétrica. Assim, sugerir que

as relações escolares precisam ser democráticas pode sugerir que o peso da decisão do professor tenha de ter o mesmo valor do que a dos alunos. Esse tipo de situação nega a compreensão de que há diferenças importantes entre o exercício da autoridade no contexto educativo e no político. Não é possível trazer o conceito participação democrática necessária na vida política pública para a esfera educativa. É importante lembrarmos que o professor precisa apresentar o mundo dos adultos aos seus alunos (SOARES, 2012). O professor faz uma ponte entre o mundo da criança e do adolescente e do adulto e neste papel é uma autoridade, que como já foi dito não pode tomar as decisões sustentadas no seu interesse, mas no do aluno. Portanto, há coisas que o professor como autoridade precisa impor aos alunos, mas dentro dessa imposição pode haver participação dos alunos, conforme a sua capacidade de avaliação. O professor precisa ensinar seus alunos a lerem. Ele não pode discutir se eles estão interessados ou não. Contudo, dentro de certos limites, o professor ajudar os alunos a escolherem livros conforme os interesses apresentados. Este exemplo tem como objetivo esclarecer, que insistir na autoridade docente, não significa negar qualquer participação dos alunos, mas apenas lembrar que não é possível, sem ter em mente, a condição de assimetria entre o professor e o aluno. Assim, fica evidente, que há um reconhecimento de que a autoridade do professor precisa ser exercida dentro de um contexto de moralidade e cumprimento do seu dever de ensinar. Por esta razão, quando o professor de forma intencional ou não se omite deste dever, ele perde a autoridade diante dos seus alunos. Assim, é importante lembrar que em parte essa “crise de autoridade” seja muito mais relacionada à forma de entender o que significa ser uma autoridade em sala de aula.

Por fim, nesta discussão gostaríamos de compartilhar o pensamento de Giglio (1999, p.189) que diz “é comum em nossas escolas estabelecerem-se regras ou normas de conduta para que os alunos cumpram, mas é bastante incomum a construção de regras ou normas que incorporam alunos, professores, técnicos e funcionários em seu cumprimento”. Esse pensamento é importante, para finalizar a questão da autoridade, por que ele lembra que todas as relações interpessoais precisam ter regras para todos. Os professores precisam também se lembrar, assim como outras autoridades educativas na escola e fora delas, que também precisam nortear o seu trabalho por regras. O fato da relação professor-aluno ser assimétrica, não pode de forma alguma ser confundida com ausência de regras de conduta para o professor. Na realidade, pensamos que justamente, por ser autoridade, o compromisso de respeito nas relações professor-aluno precisa ser muito mais

rigorosamente observado pela autoridade, uma vez que, a sua sustentação se fortalece com o respeito e não com o uso da força.

Considerações Finais

Para nós, os resultados aqui não nos levam a ver uma generalizada crise de autoridade. Pelo contrário, vemos nas respostas dos alunos adolescentes um reconhecimento do professor como autoridade e uma expectativa que ele trabalhe dentro desse referencial. Contudo, os alunos estão atentos às omissões ou arbitrariedades dos professores e não se sentem mais sem condições de enfrentá-los, quando avaliam que o professor não atuou de forma coerente. Sabemos que os alunos, também, podem em contextos específicos avaliar a situação erradamente, e julgar que o professor foi injusto, quando não foi. Assim, não temos nenhuma intenção de culpar o professor pelos conflitos de sala de aula unilateralmente. Apenas, consideramos que os resultados apontam que no contexto geral não há uma negação da autoridade ao professor pelos alunos adolescentes. Na realidade, temos a impressão oposta, a um reconhecimento da autoridade, mas não uma aceitação passiva a qualquer ação proposta pelo professor. Por esta razão, consideramos que os professores precisam dimensionar melhor o conceito de autoridade, lembrando que ela precisa ser aplicada dentro de parâmetros éticos. Assim, pretendemos ainda investigar em outra pesquisa melhor a compreensão que o professor tem de sua autoridade.

Referências

ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

AQUINO, Júlio Groppa. A desordem na relação professor-aluno: Indisciplina, moralidade e conhecimento. In: _____. (Org.). *Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus Editorial, 1996.

_____. Autoridade docente, autonomia discente: uma equação possível e necessária. In: _____. (Org.). *Autoridade e autonomia na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus Editorial, 1999

ARAÚJO, Ulisses F. Respeito e autoridade na escola. In: Aquino, Julio, G. (Org.). *Autoridade e autonomia na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus Editorial, 1999

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

- BERTOL, Carolina; SOUZA, Mériti de. Transgressões e adolescência: individualismo, autonomia e representações Identitárias. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v.30, n.4, p.824-839, 2010.
- DURKHEIM, Emile. *Educação moral*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- FRANCISCO, Maria de Fátima S. Autoridade e contrato pedagógico em Rousseau. In: Aquino, Júlio G. (Org.). *Autoridade e autonomia na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo, 1999.
- GIGLIO, Célia M. B. A violência escolar e o lugar da autoridade: encontrando soluções partilhadas. In: AQUINO, Júlio G. (Org.). *Autoridade e autonomia na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus Editorial, 1999.
- GUILLOT, Gérard. *O resgaste da autoridade em educação*. Porto Alegre: ArtMed, 2008.
- LATAILLE, Yves. Autoridade na escola. In: AQUINO, Julio G. (Org.). *Autoridade e autonomia na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus Editorial. 1999.
- OHWEILER, Mariane; Fischer, Rosa M. B. Autoridade, infância e “crise na Educação”. *Cadernos de Pesquisa*. v.43, n.148, p.230-239, jan./abr., 2013.
- PIAGET, J.J. *O julgamento moral da criança*, São Paulo: Mestre Jou, 1977.
- _____. *Psicologia e Pedagogia*. 7. ed. Rio: Forense, 1985.
- RENAULT, Alain. *O fim da autoridade*. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.
- SENNETT, Richard. *Autoridade*. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- SILVA, Joyce M. A. P. Cultura Escolar, autoridade, hierarquia e participação: alguns elementos para reflexão. *Cadernos de Pesquisa*. n. 112, p. 125-135, maio, 2001.
- SOARES, Ademilson. A autoridade do professor e a função da escola. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.37, n.3 p.841-861. 2012.
- TORRES, Maria C. E.; CASTRO, L. Resgatando e atualizando os sentidos da autoridade: um percurso histórico. *Paideia*, jan./abr. 2009, v. 19, n. 42, 87-96.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade*. v.1. Brasília: UnB, Imprensa Oficial, 2004.
- ZALUAR, Alba. *A Máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ZUIN, Antonio A. S. Sobre a atualidade do tabu em relação aos professores. *Educação e Sociedade*. v. 24, n.83, p.417-427, agosto 2003.

Submetido em 17-09-2014, aprovado em 30-05-2016